

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004148-66.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **CCJ Comércio Varejista de Souvenirs Ltda EPP**  
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

CCJ Comércio Varejista de souvenirs LTDA EPP intentou ação declaratória de inexistência de débito, cumulada com indenização por danos morais em face de Telefônica Brasil SA (fl. 151).

Sustenta, à fl. 02, que nunca contratou ou utilizou serviços da requerida, sendo surpreendida com notificações de que o seu nome seria inserido em cadastros de maus pagadores. Tentou solução administrativa, contatando a requerida, mas não obteve êxito, terminando negativada.

Tutela antecipada concedida à fl. 35.

Em contestação a requerida afirmou a inépcia da inicial. No mérito, disse ter havido contratação, sendo os débitos devidos. Refutou o pedido de danos morais. que os pedidos são improcedentes.

Réplica às fls. 132/150.

É o relatório.

Decido.

O julgamento está autorizado nesta fase por ter sido requerido pela ré (fl. 154), quedando-se a autora inerte quanto à determinação de fl. 151. Ademais, os elementos necessários já se encontram juntados nos autos.

Inépcia não há, estando presentes todos os requisitos para o desenrolar do feito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Tratando-se de relação de consumo, por óbvio a requerida tinha a obrigação de trazer aos autos a cópia do contrato que teria dado azo à cobrança que gerou a negativação de fl. 31, e não o fez, apesar de alardear, na contestação, a sua existência.

Não há, nesse ponto, sequer inversão do ônus da prova; a ré tem a obrigação legal (CPC) de demonstrar os elementos necessários à improcedência. Como se manteve inerte, assumem ainda mais relevo os relatos da inicial.

Dessa forma, não demonstrada a validade da cobrança, o deslinde é de rigor.

A negativação de fl. 31, por consequência, também foi indevida e assim, gera danos *in re ipsa*.

Os valores negativados não são baixos, sendo pertinente a fixação de indenização por danos morais em R\$5.000,00.

Julgo procedentes os pedidos para:

- 1) reconhecer a inexigibilidade do débito de fls. 20/21 e 31;
- 2) condenar a requerida ao pagamento de R\$5.000,00 por danos morais e
- 3) tornar definitiva a liminar de fl. 35 para determinar o cancelamento das negativações.

Como o decurso do tempo foi considerado para a fixação da reparação pelo abalo moral, o valor deverá ser corrigido monetariamente, com juros de mora de 1% ao mês, ambos contados da data de publicação da sentença.

A requerida resta condenada, também, no pagamento das custas e despesas processuais atualizadas, além de honorários advocatícios que fixo em R\$700,00, quantia que também sofrerá acréscimos a contar da publicação da sentença.

PRIC



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 09 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**